

**Relatório de análise dos comentários e
sugestões formulados no período de consulta
pública do projeto de revisão do documento
complementar n.º 1 ao regulamento tarifário do
serviço de gestão de resíduos urbanos**

Consulta Pública n.º 01/2018

março de 2018

Índice

1. Enquadramento	3
2. Objeto	4
3. Identificação das entidades que se pronunciaram.....	4
4. Apreciação dos comentários recebidos	5
4.1. Apreciação dos comentários não aplicáveis à redação do Documento Complementar.....	5
4.2. Apreciação dos comentários gerais e/ou aplicáveis à redação do Documento Complementar	7
4.3. Apreciação dos comentários específicos ao articulado do projeto de revisão do documento complementar	7
Artigo 2.º - Âmbito	9
Artigo 4.º - Conteúdo e modelo das contas reguladas previsionais	9
Artigo 6.º - Classificação por atividades e separação contabilística	10
Artigo 7.º - Classificação dos custos associados à estrutura	11
Artigo 8.º - Base de ativos regulados	12
Artigo 9.º - Depreciações / Amortizações.....	16
Artigo 10.º - Custos de exploração.....	17
Artigo 11.º - Atividades complementares	19
Artigo 12.º - Repercussão dos encargos com a taxa de gestão de resíduos.....	20
Artigo 15.º - Entrada em vigor	20
Anexo - Modelo de contas reguladas previsionais.....	21
5. Correções introduzidas pela ERSAR no Regulamento	32
6. Conclusões	32

1. Enquadramento

O regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (doravante também designado Regulamento Tarifário ou RTR), foi aprovado pela Deliberação n.º 928/2014 e publicado no Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril. Posteriormente, de forma a detalhar e operacionalizar as suas regras e conforme previsto no artigo 99.º do RTR, foi aprovado um documento complementar estabelecendo o conteúdo das contas reguladas previsionais (Regulamento n.º 817/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 18 de agosto de 2016).

Considerando a experiência entretanto adquirida pela ERSAR na implementação do modelo de regulação para as entidades gestoras concessionárias de serviços de gestão de resíduos urbanos no primeiro período regulatório (2016-2018), entendeu-se necessário efetuar um conjunto de ajustamentos ao Regulamento Tarifário e respetivos documentos complementares, tendo em vista a sua simplificação, flexibilização e clarificação.

Assim, o Regulamento n.º 52/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 23 de janeiro de 2018, reviu e republicou o Regulamento Tarifário, introduzindo alterações ao modelo de determinação dos proveitos permitidos que exigem a revisão e adaptação do modelo de reporte de contas previsionais.

Neste contexto, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos deliberou, em reunião de 9 de fevereiro de 2018, ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º e do artigo 99.º do Regulamento Tarifário, aprovar o projeto de revisão do documento complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos estabelecendo as contas previsionais para efeitos regulatórios dirigidas a todas as entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal, bem como de titularidade municipal que prestem o serviço de gestão de resíduos urbanos a outras entidades gestoras, em Portugal continental, às quais se aplique o RTR, e especificando algumas regras regulatórias necessárias à preparação da informação a reportar no âmbito do Regulamento Tarifário, o qual foi submetido a consulta pública e a audição do Conselho Tarifário nos termos do artigo 12.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

2. Objeto

A Consulta Pública da ERSAR n.º 01/2018 teve por objeto o projeto de revisão do documento complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, aprovado pelo Conselho de Administração da ERSAR em reunião de 9 de fevereiro de 2018.

Esta consulta decorreu entre os dias 9 de fevereiro e 9 de março, tendo sido ainda promovida a audição do Conselho Tarifário, que discutiu o projeto de revisão de documento complementar em reunião de 16 de março de 2018 e emitiu parecer em 23 de março de 2018.

O presente relatório aborda as principais questões colocadas pelos participantes e a posição da ERSAR quanto às mesmas. Partilha-se, assim, com os participantes na consulta pública e quaisquer interessados, o resultado das reflexões adicionais a que a análise dos contributos conduziu.

3. Identificação das entidades que se pronunciaram

Para além do parecer do Conselho Tarifário da ERSAR, pronunciaram-se no período da consulta pública, apresentando comentários e sugestões de alteração, duas entidades:

- EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A. ("EGF"), em representação das participadas:
 - Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.;
 - Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Resinorte – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Resulima – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.;
 - Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.;
 - Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Valorminho – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A..
- ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos.

A EGF apresentou inicialmente um conjunto de questões, com vista a uma maior clarificação do sentido de algumas normas do projeto de documento complementar, fazendo ainda sugestões de alteração do ficheiro de reporte de contas. Após a prestação de esclarecimentos pela ERSAR, a EGF apresentou uma pronúncia formal sobre o documento complementar. No sentido de permitir que todo o setor possa beneficiar dos esclarecimentos prestados, reproduzem-se no presente relatório não apenas os contributos deste último documento, mas também as primeiras questões e correspondentes respostas (algumas das quais levaram à introdução de correções no documento complementar).

4. Apreciação dos comentários recebidos

A participação dos destinatários das normas no processo de elaboração das mesmas é essencial para assegurar a convergência entre as exigências e capacidades da realidade operacional com a necessidade de regulação de um setor de monopólios legais, antecipando-se problemas de aplicação atempadamente e contribuindo para maior segurança regulatória.

Na sequência da consulta pública e da audição do Conselho Tarifário, que se revelaram instrumentos essenciais à consolidação de ideias e conceitos relativos à revisão do documento complementar n.º 1 ao RTR, foram acolhidas diversas sugestões de alteração relativamente à proposta da ERSAR, conforme se evidencia abaixo.

4.1. Apreciação dos comentários não aplicáveis à redação do Documento Complementar

Apesar da evidente dependência do articulado do RTR, o projeto de revisão do documento complementar não abrange o Regulamento Tarifário em toda a sua amplitude. Alguns dos comentários apresentados não se aplicam ao documento complementar em revisão, mas antes ao RTR propriamente dito. No entanto, numa perspetiva de melhor capacitar as entidades gestoras para adaptar processos e reportes à luz do normativo revisto, apresentam-se os esclarecimentos a essas questões:

1. Tendo presente que a partilha de infraestruturas constitui uma atividade complementar, a EGF questionou como se articula o parecer da ERSAR em sede do processo de autorização desta atividade (exigido pela Base VII anexa ao Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho) e o parecer sobre o preço e condições contratuais da partilha (a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º do RTR).

Sobre esta questão esclarece-se que, quando seja chamada a pronunciar-se sobre o pedido de exercício da atividade complementar (de partilha), a ERSAR analisará todas as questões exigidas por ambas as normas, para o que as entidades gestoras devem instruir o pedido de autorização da atividade com a informação necessária à apreciação do preço e condições contratuais da partilha.

2. A EGF questionou qual o método para concretizar o ajustamento previsto na fórmula 4.1 do Anexo ao RTR e qual o alcance da expressão "respetivo período em percentagem" (constante da definição da taxa de remuneração de ativos regulados).

Esclarece-se que o ajustamento resultará, como explicitado na fórmula, do diferencial entre o valor estimado e o real, pelo que concorrerá para o cálculo global em sede de contas reguladas reais. No que respeita à referência apontada, esta deve ser entendida como "considerando a taxa aplicável no período regulatório a que se refere t-2".

3. A EGF faz notar que no Anexo I ao RTR alínea D) ajustamentos, nº1, fórmula nº (4) não se encontra definido um critério para o cálculo do ajustamento de gastos e receitas incrementais associadas a desvios no plano de investimentos o que, considera esta empresa, implica uma indefinição importante sobre o funcionamento do modelo regulatório e deveria ser clarificado, designadamente no presente documento complementar.

A este respeito cumpre informar que a componente da fórmula em questão (AJ_{t-2}^{CEI}) corresponde à variação dos proveitos permitidos diretamente associada a desvios na realização de investimentos, em função dos impactos definidos em sede de contas previsionais relativos aos investimentos a realizar, conforme desenvolvido no n.º 2 do artigo 37.º do RTR.

4. A EGF entende que um dos comentários por si apresentados em sede de pronúncia ao projeto de alteração do RTR, relacionado com o ajustamento das receitas adicionais, nomeadamente o facto de não fazer sentido que as receitas da atividade de recolha seletiva fossem ajustadas pelas quantidades de resíduos indiferenciado, parecia ter sido acolhido pela ERSAR mas verifica da sua análise ao documento complementar que a fórmula em apreço não parece ter sido alterada e questiona se essa diferenciação será efetuada através da aplicação do "coeficiente de eficiência".

Sobre este tema esclarece o regulador que, para efeitos de ajustamentos, a indexação às quantidades de resíduos resultantes da recolha indiferenciada, tal como consta da fórmula 4.3, não se aplica às receitas adicionais resultantes da recolha seletiva.

4.2. Apreciação dos comentários gerais e/ou aplicáveis à redação do Documento Complementar

A EGF recomenda a criação de uma plataforma informática na qual os dados possam ser carregados pelas entidades gestoras, desejavelmente por processos automáticos de comunicação entre os sistemas de informação destas e o do regulador, garantindo a integridade e fiabilidade da informação reportada, minimizando erros involuntários de reporte e de análise dos dados, e, também, a duplicação de informação.

Esta sugestão merecerá a melhor atenção da ERSAR para futuro, na medida em que é já uma realidade noutras entidades reguladoras e está alinhada com os princípios orientadores de modernização administrativa.

A ESGRA alerta para o que entende ser a proliferação de documentos e exigências que têm sido apresentadas, lembrando o esforço que a sua observância acarreta para entidades gestoras de estruturas e recursos, quer técnicos quer humanos, mais reduzidos. Neste sentido, propõe a definição de um período transitório adequado, assim como a disponibilização, por parte da Entidade Reguladora, de ações de esclarecimento, acompanhamento e eventualmente, formação para a aplicação das ferramentas por esta concebida.

Não podendo concordar com a noção de proliferação de documentação, uma vez que os atuais reportes estão limitados ao estritamente necessário para cumprimento do normativo em vigor, a ERSAR reitera a sua disponibilidade para esclarecimentos e atender a solicitações para eventos de formação além dos que a própria já tenha determinado adequados.

4.3. Apreciação dos comentários específicos ao articulado do projeto de revisão do documento complementar

No presente capítulo são elencados os comentários e sugestões mais específicos de alteração da redação proposta, assim como apresentada a ponderação que os mesmos mereceram por parte da ERSAR, nomeadamente as razões de aceitação ou rejeição das propostas recebidas e consequentemente a redação final do documento complementar. Transcrevem-se apenas as

disposições que mereceram comentários por alguma das entidades participantes na consulta pública.

QUADRO

Análise dos comentários ao projeto de revisão do documento complementar n.º 1 ao RTR

Artigo 2.º - Âmbito

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
O presente DC1 é aplicável a todas as entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal e municipal responsáveis pela prestação do serviço de resíduos urbanos a entidades gestoras e às quais seja aplicável o RTR, com as especificidades necessárias a cada modelo de gestão.	ESGRA	A opção técnica legislativa de se tratarem todas as entidades envolvidas por entidades gestoras gera alguma confusão	Considera-se que a redação apresentada é a mais explícita, face às alternativas designadamente de "serviço em alta" ou "serviço grossista". Acresce que se encontra em linha com o já utilizado no RTR	Sem alteração.

Artigo 4.º - Conteúdo e modelo das contas reguladas previsionais

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2 - O ficheiro em suporte digital referido no n.º 1 pode incluir fórmulas indicativas de cálculos auxiliares dos proveitos permitidos, as quais podem ser sujeitas a correções com o objetivo de assegurar a sua plena funcionalidade e adequação às normas do RTR e presente DC1, não implicando, por esse motivo, a prorrogação do prazo para o preenchimento do ficheiro pelas entidades gestoras necessárias a cada modelo de gestão.	ESGRA	Sugere-se a clarificação desta redação nomeadamente dos motivos pelos quais não pode haver lugar a prorrogação do prazo para o preenchimento do ficheiro.	A norma não pretende definir as situações em que o prazo para preenchimento do ficheiro pode ou não ser prorrogado, mas tão só clarificar que as fórmulas dele constantes são indicativas e que a eventual necessidade da sua correção não tem qualquer impacto no prazo de preenchimento.	Sem alteração.

Artigo 6.º - Classificação por atividades e separação contabilística

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1 -A informação a reportar para efeitos de determinação dos proveitos permitidos deve ser desagregada pelas atividades do serviço e fases da cadeia de valor, de acordo com a seguinte descrição:	ESGRA	A exigência de reporte de informação desagregado pelas atividades do serviço de gestão de resíduos urbanos e fases da cadeia de valor implicará um acréscimo substancial de recursos afetos à sua realização o que suscita algumas reservas, tendo em conta a discrepância de estruturas das entidades gestoras consoante as diferentes áreas do país. Em alguns casos tais exigências poderão ser especialmente gravosas face à exiguidade de recursos, quer técnicos quer humanos, a que acrescem os ainda atuais constrangimentos para a realização de novas contratações necessárias para fazer face ao aumento das exigências impostas às entidades.	O detalhe da informação a apresentar no reporte de contas, corresponde ao mínimo necessário ao cabal cumprimento do objetivo de regulação do setor em função da redação do RTR em vigor, que se pretendeu flexibilizar e adequar às múltiplas particularidades das entidades gestoras. Cumpre notar que o reporte com a subdivisão por fase da cadeia de valor era já uma exigência na versão original do RTR. Compreendendo que o alargamento do âmbito de aplicação do RTR às entidades gestoras de serviços de titularidade municipal poderá implicar para estas um esforço adicional, nesta fase de transição, considera-se não haver justificação para excluir algumas entidades de obrigações tão estruturais como a de prestação de informação.	Sem alteração.
c) Tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva (...) ii. Valorização orgânica – Custos associados ao processo de tratamento/processamento dos resíduos urbanos biodegradáveis recolhidos seletivamente, incluindo recursos materiais e humanos afetos à	EGF	Questiona-se onde devem ser incluídos os custos de recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis pelas Empresas, que deixaram de estar previstos no ponto ii) alínea c) do n.º 1 do artigo 6º.	Lapso corrigido, retomando-se a anterior redação (o custo associado à recolha seletiva de RUB, ainda que realizada pelas entidades gestoras em baixa, pode constituir um custo da atividade de tratamento de resíduos resultantes de recolha seletiva, nomeadamente na fase da cadeia de valor de valorização orgânica).	"(...) Custos associados ao processo de tratamento/processamento dos resíduos urbanos biodegradáveis recolhidos seletivamente, incluindo recursos materiais e humanos afetos à infraestrutura de tratamento e <u>eventuais custos</u>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
infraestrutura de tratamento. Em instalações que procedam à valorização orgânica de resíduos provenientes da recolha seletiva e da recolha indiferenciada será necessário aplicar uma chave de repartição.				<u>associados a protocolos existentes com vista à promoção da recolha seletiva destes resíduos. (...) "</u>

Artigo 7.º - Classificação dos custos associados à estrutura

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>2 - São classificados como custos de capital associados à estrutura os que se refiram às infraestruturas e equipamentos afetos à área de estrutura administrativa e de apoio às atividades operacionais, designadamente:</p> <p>(...)</p> <p>b) Viaturas de serviço, que não especificamente afetos às áreas de exploração, incluindo as disponibilizadas para utilização pessoal de administradores e de outros funcionários;</p> <p>(...)</p> <p>3 - São classificados como custos de exploração associados à estrutura os que se refiram ao funcionamento da área de estrutura administrativa e de</p>	UGC (no âmbito do CT como representante das associações de defesa do consumidor)	Questiona-se se vai haver algum tipo de limitação a estes custos, como custos aceitáveis.	Nos termos do n.º 2 do artigo 34.º do RTR, todos os custos de exploração vão ser definidos com base em custos de referência, o que pressupõe a definição de um limite de custos aceitáveis.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
apoio às atividades operacionais, designadamente: (...) f) Despesas de representação e artigos para oferta.				

Artigo 8.º - Base de ativos regulados

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1 - A base de ativos regulados (BAR), a que se refere o artigo 28.º do RTR, é composta pelo conjunto de bens (ativos) afeto a cada atividade, devendo ser inscritos nas contas reguladas de forma discriminada por linha das tabelas do modelo de reporte.	EGF	Propõe-se que se acrescente a referência “os bens de estrutura integram a BAR por imputação à BAR das atividades reguladas”.	Acolhe-se a sugestão de clarificação.	1 - A base de ativos regulados (BAR), a que se refere o artigo 28.º do RTR, é composta pelo conjunto de bens (ativos) afeto a cada atividade, devendo ser inscritos nas contas reguladas de forma discriminada por linha das tabelas do modelo de reporte, <u>evidenciando a que atividade estão associados, ou se estão associados à estrutura da entidade gestora, nos termos do artigo 7.º do RTR.</u>
4 - Os ativos não são sujeitos a variação de valor por via de reavaliação, ou adição de componentes, uma vez efetuada a inscrição na BAR, à exceção dos montantes resultantes dos subsídios atribuídos, nos termos do número seguinte.	AGERE (no âmbito do CT como representante das EG públicas de sistemas de	Não se compreende o alcance da referência à proibição de variação de valor em caso de adição de componentes.	Como resulta do n.º 2 do artigo em análise, cada linha da BAR corresponde a um ativo ou a um conjunto de ativos com características homogéneas, adquiridos na mesma data pelo mesmo valor e sujeitos à mesma taxa de amortização. Assim, se for adquirido	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	titularidade municipal)		um componente que prolongue a vida útil de um ativo já inscrito na BAR, esse novo componente deve ser registado como novo investimento e inscrito em linha autónoma.	
5 - O valor dos subsídios ao investimento a considerar inicialmente para incorporação na BAR para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos para o período regulatório em causa corresponde à melhor estimativa possível do montante a atribuir a cada projeto no momento da submissão à entidade reguladora do Plano de Investimentos para o período regulatório, a qual pode ser revista em sede de ajustamentos, nos termos do artigo 37.º do RTR.	EGF	Não se compreende porque razão deixou de ser claro que a alteração do valor dos subsídios ao investimento será ajustada, propondo-se que se refira expressamente que, nestes casos, deve haver um ajuste e se retire a expressão “pode ser”.	Entende-se que a redação do artigo 37.º do RTR é suficientemente clara na referência ao ajustamento do valor dos subsídios (vd. alínea a) do n.º 1). No que respeita à expressão "pode ser" justifica-se dado que o ajustamento decorre de diferencial entre contas previsionais e reais, resultando que os casos em que não há ajustamento serão aqueles em que ambos os reportes coincidam.	Sem alteração.
8 - Em caso de necessidade de substituição de um ativo por perda total derivada de avaria ou acidente, o abate dá origem ao reembolso do valor do ativo ainda não amortizado, sendo as eventuais mais-valias, indemnizações de seguradoras e/ou quaisquer outras compensações deduzidas à BAR.	EGF	Atendendo a que os reembolsos e deduções mencionados serão efetuados anualmente em sede de ajustamento aos proveitos permitidos propõe-se para melhor clarificação, que seja acrescentado no final “Estes reembolsos e deduções serão efetuados anualmente em sede de ajustamento aos proveitos permitidos”.	Reformulou-se a norma no sentido de clarificar o mecanismo de reembolso. Sem prejuízo de o abate do ativo ser sempre feito no ajustamento relativo ao ano em que se verificou, o reembolso do mesmo, por acréscimo aos proveitos permitidos, estará limitado ao valor da indemnização, pelo que só pode ser reconhecido após o seu pagamento.	8 - Em caso de necessidade de substituição de um ativo por perda total derivada de avaria ou acidente, o seu abate na BAR permite o reconhecimento em proveitos permitidos do valor do ativo ainda não amortizado, limitado ao valor das eventuais mais-valias, indemnizações e/ou quaisquer outras compensações.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
10 - A aceitação da substituição de um ativo tem em conta o resultado da avaliação da aptidão funcional constante do respetivo relatório técnico submetido pela entidade gestora no prazo definido para o efeito.	EGF	Uma vez que nem todos os bens são integrados no relatório de aptidão funcional (por exemplo os ecopontos e bens de estrutura não são avaliados), sugere-se que se inclua no final do texto a expressão “sempre que o mesmo faça parte integrante do RAFA”.	Concordando com o argumento apresentado, altera-se o articulado, optando-se contudo por uma redação menos específica para acautelar alterações futuras de nomenclatura.	10 - A aceitação da substituição de um ativo tem em conta o resultado da avaliação da aptidão funcional constante do respetivo relatório técnico submetido pela entidade gestora no prazo definido para o efeito, <u>sempre que este seja exigível.</u>
11 - O coeficiente relativo à utilização da capacidade instalada, calculado através do rácio entre a capacidade utilizada da infraestrutura e a capacidade nominal e/ou licenciada, é aplicado sempre que se verifique a existência de capacidade disponível que possa ser partilhada por outra entidade gestora.	EGF	Propõe-se a redação: "(...) do rácio entre a capacidade utilizada “ou projetada em ano de cruzeiro” e a capacidade nominal e/ou licenciada (...)", para acautelar as situações típicas de excesso de capacidade nos anos imediatamente seguintes à entrada em operação.	Não se entende razoável a sugestão, pois a capacidade projetada de qualquer infraestrutura em ano de cruzeiro deverá ser próxima da nominal. De qualquer modo, faz-se notar que a análise da ERSAR no que respeita à aplicação do coeficiente terá em conta, entre outros aspetos, a maturidade das infraestruturas.	Sem alteração.
12 - Para efeitos do número anterior, nas situações em que seja verificada uma capacidade não utilizada da infraestrutura superior a 10%, a entidade gestora deve justificar perante a ERSAR as razões para a sua não utilização em sede de definição de proveitos permitidos, ficando sujeita a validação da ERSAR.	EGF AGERE (no âmbito do CT como representante das EG públicas de sistemas de titularidade municipal)	Numa atividade industrial não se pode considerar que uma folga de capacidade inferior a 15% seja uma má utilização de capacidade, pois está dentro das margens operacionais de boa gestão de capacidade, pelo que se propõe alterar o limite de 10 para 15%.	Acolhe-se a sugestão.	" (...) capacidade não utilizada da infraestrutura superior a <u>15%</u> , a entidade gestora deve justificar (...)"
	EGF	A partilha de infraestrutura é uma atividade complementar, sendo, como	Com a obrigação de justificação não se pretende estabelecer uma obrigação	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>tal, decisão da EGF exercê-la ou não e não se considerando, por isso, legal ou legítima a inversão do ónus da prova que resulta desta norma, ao obrigar as entidades gestoras a justificar a não partilha e "procurar clientes".</p> <p>Assim, propõe-se a seguinte redação: "Para efeitos do número anterior, nas situações em que seja verificada uma capacidade não utilizada da infraestrutura superior a 15%, e em que tenha sido solicitada por entidade terceira a partilha dessa infraestrutura, mas a mesma tenha sido recusada pela entidade gestora, considera-se que há capacidade disponível que pode ser partilhada e a entidade gestora deve justificar perante a ERSAR as razões de natureza técnica e/ou económica para a recusa de partilha."</p>	<p>de partilha, a qual terá sempre de obedecer a critérios de viabilidade técnica e económica. De todo o modo, sendo a promoção da partilha de infraestruturas entre entidades gestoras, um objetivo do PERSU2020, entende-se que se deve incentivar todas as entidades gestoras a ser proactivas na procura de sinergias e da otimização das capacidades instaladas. De todo o modo, as entidades gestoras não estão contratual ou legalmente obrigadas a "procurar clientes". Simplesmente se houver capacidade ociosa e possibilidade de partilha, deve ser aplicada a correspondente penalização.</p>	
	EGF	<p>Considera-se que a obrigação de justificação da inexistência de alternativas viáveis é impossível de cumprir pois os critérios de validação são desconhecidos.</p>	<p>Não se considera possível definir critérios em abstrato na medida em que a (in)existência de uma possibilidade de partilha depende das concretas circunstâncias de cada caso (localização da infraestrutura, potenciais necessidades de sistemas vizinhos e correspondente distância, custos, etc).</p>	<p>Sem alteração quanto a este aspeto.</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
14 - Para o cálculo da capacidade disponível deve ser considerado o número de turnos e o horário de funcionamento praticados pela entidade gestora.	EGF	Propõe-se que o número preveja a sazonalidade no cálculo da capacidade disponível, e que seja objetivamente clarificado o conceito de capacidade disponível. Propõe-se que após "...o número de turnos" se adite ", a sazonalidade".	Acolhe-se a sugestão.	14 - Para o cálculo da capacidade disponível deve ser considerado o número de turnos, <u>a sazonalidade</u> e o horário de funcionamento praticados pela entidade gestora.

Artigo 9.º - Depreciações / Amortizações

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
4 - O cálculo da depreciação/amortização é efetuado tendo em conta a quantidade de RU depositada no aterro, ou seja, o produto do valor líquido do investimento referente ao aterro pelo coeficiente representado pela quantidade depositada em aterro sobre a capacidade total do aterro expressa em metros cúbicos para o período em análise.	EGF	Tendo presente que no modelo de reporte, a taxa de amortização é calculada em toneladas e não em metros cúbicos, sugere-se alterar o articulado no mesmo sentido.	Lapso de redação. Acolhe-se a sugestão.	4 - O cálculo da depreciação/amortização é efetuado tendo em conta a quantidade de RU depositada no aterro, ou seja, o produto do valor líquido do investimento referente ao aterro pelo coeficiente representado pela quantidade depositada em aterro sobre a capacidade total do aterro expressa <u>em toneladas</u> para o período em análise.

Artigo 10.º - Custos de exploração

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1- Os custos de exploração são inscritos nas tabelas das contas reguladas em função da sua natureza fixa ou variável, tendo em conta a sua relevância para efeitos de cálculo dos indutores de custos	EGF	Sendo agora possível classificar as rubricas dos custos de exploração como “fixos” ou “variáveis” para efeitos de cálculo dos indutores de custos, questiona-se se essa classificação não deveria ser diferenciada por atividade ou sub-atividade (aterro, TM, TB, incineração, triagem, etc.) permitindo que numa atividades a rubrica seja “fixa” e noutras seja “variável” ajustando-se dessa forma à real natureza do custo naquela atividade ou sub-atividade.	A distinção entre custo variável e fixo é, em fase inicial de aplicação do RTR revisto, meramente informativa. Assim, em função das conclusões que a ERSAR venha a tirar do acompanhamento desta variável durante o próximo período regulatório, poderá vir a ser considerada, para os períodos regulatórios subsequentes, uma distinção adicional em função de atividade. Neste sentido, elimina-se a parte final da norma e, na folha de reporte de contas, foi reformulada a aplicação desta distinção na rubrica de gastos com pessoal.	1 - Os custos de exploração são inscritos nas tabelas das contas reguladas em função da sua natureza fixa ou variável.
	EGF	Considera-se que a identificação de custos fixos ou variáveis deve depender da magnitude e duração da variação de quantidades, não se devendo ajustar variações de custos provocadas por variações de quantidades anuais de $\pm 10\%$, pois este intervalo de variação cobre mais de 95% (em média) das variações registadas ao longo dos últimos 10 anos em cada uma das 11 empresas do grupo. Propõe-se adicionar a expressão “para um referencial de variações anuais de		

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>quantidade de $\pm 10\%$," após a "... natureza fixa ou variável...".</p> <p>Adicionalmente, por considerar que as variações de cada rubrica de custos variável não são necessariamente proporcionais à variação das quantidades, propõe-se que a folha de cálculo permita a classificação da natureza fixa ou variável por sub-atividade e indicando a razão de proporcionalidade.</p>		
4 - Em caso de reparação de um ativo, derivada de acidente, as indemnizações de seguradoras e/ou quaisquer outras compensações são deduzidas aos custos de exploração.	EGF AGERE (no âmbito do CT como representante das EG públicas de sistemas de titularidade municipal)	Uma vez que se prevê que as indemnizações ou quaisquer outras compensações decorrentes de acidentes serão deduzidas aos custos de exploração, propõe-se que, simetricamente, os respetivos custos de reparação sejam aceites como gastos extraordinários para cálculo dos ajustamentos aos proveitos permitidos, sem que estejam limitados ao valor de indemnização, na medida em que tem sido prática das Empresas manter um nível de seguros cujo binómio custo da apólice/cobertura seja otimizado. Redação proposta: "Em caso de reparação de um ativo, derivada de acidente, a totalidade dos custos de reparação, bem como as	Sugestão não acolhida uma vez que se considera que é risco da EG a contratação de seguros otimizados. De qualquer forma ir-se-á clarificar a redação abranger tantos os custos como os proveitos associados a estes eventos.	4 - Em caso de reparação de um ativo, derivada de acidente, as indemnizações de seguradoras e/ou quaisquer outras compensações são deduzidas aos custos de exploração, sendo os eventuais custos incorridos com a reparação igualmente reconhecidos até ao limite da indemnização ou compensação recebida.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		respetivas indenizações de seguradoras, são aceites nos proveitos permitidos e considerados em sede de ajustamentos anuais”.		

Artigo 11.º - Atividades complementares

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Os custos de exploração, comuns às atividades complementares e às atividades principais, são repartidos tendo por base os critérios de afetação da contabilidade analítica da entidade gestora, exigida nos termos do n.º 1 da Base VII do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, ficando esta repartição sujeita a validação da ERSAR.	EGF	Uma vez que a validação pela ERSAR exige que o regulador confronte os critérios utilizados pelas entidades gestoras com um dado referencial, o cabal cumprimento do disposto nesta disposição requer a prévia explicitação desse referencial de repartição, sob pena das entidades gestoras, de boa fé, aplicarem chaves de repartição que se revelem à posteriori inadequadas à luz dos desconhecidos critérios do regulador. Propõe-se que a ERSAR defina, num anexo ao presente Projeto de Documento Complementar CRP, os critérios de repartição que as entidades gestoras devem seguir. Caso tal não venha a suceder, sugere-se então que esta validação da ERSAR não tenha efeitos práticos de qualquer	A ERSAR entende que a repartição de custos poderá, em certa medida, variar entre entidades gestoras, em virtude das especificidades de cada uma (dimensão, geografia, etc.) Neste sentido, a análise de validação de critérios será casuística e sem comparativo explícito com um qualquer referencial de boas práticas. Por outro lado, a posição genérica da ERSAR será não contrariar as práticas contabilisticamente aceites, desde que a aplicação destas não desvirtue a apresentação da imagem mais fidedigna possível das operações.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		penalização das Empresas no próximo período regulatório.		

Artigo 12.º - Repercussão dos encargos com a taxa de gestão de resíduos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Para efeitos de apuramento da repercussão legalmente devida do encargo com a taxa de gestão de resíduos, a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º do RTR, e sem prejuízo dos acertos decorrentes do apuramento do valor efetivamente suportado, as contas previsionais incluem informação sobre o valor estimado da taxa de gestão de resíduos a suportar pela entidade gestora em cada ano do período regulatório por tonelada de resíduos a gerir.	EGF	Uma vez que a ERSAR não pretende ajustar qualquer montante relacionado com os gastos assumidos pelas Empresas com a TGR não se entende o texto desta disposição, nem a necessidade de preenchimento do mapa 7 do modelo de reporte.	Na medida em que o encargo com a TGR é parte integrante da estrutura tarifária dos serviços, considerou-se importante recolher esta informação no sentido de permitir uma análise da repercussão dos encargos com a TGR nos utilizadores, assim como dos encargos globais com os serviços para os utilizadores.	Sem alteração.

Artigo 15.º - Entrada em vigor

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
O presente documento complementar entra em vigor no dia útil seguinte à sua publicação no Diário da República.	ESGRA	Não se vê que o teor do presente documento não deva respeitar a regra geral de entrada em vigor, no 5º dia após a publicação, em alternativa ao dia seguinte ao da sua publicação. Assim,	Encurtou-se o prazo de entrada em vigor atenta a proximidade do prazo de reporte das contas previsionais. De todo o modo, e para facilitar o reporte,	Novo artigo Prorrogação do prazo para submissão das contas previsionais para o período de 2019 a 2021

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		sugere-se um prazo superior para a entrada em vigor deste documento, atendendo ao elevado número e grau de detalhe de informação, que se pretende ver reportado pelas entidades gestoras."	aceita-se a prorrogação do prazo, aditando-se novo artigo.	"Para o período regulatório de 2019 a 2021 a submissão das contas reguladas previsionais pode ser feita até ao dia 15 de maio de 2018 e da justificação a que se refere o n.º 12 do artigo 8.º pode ser feita até ao dia 31 de maio de 2018."
	EGF	Considera-se que um mês para preenchimento das contas reguladas pode ser insuficiente.		

Anexo - Modelo de contas reguladas previsionais

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao modelo	EGF	Atendendo à quantidade e complexidade da informação necessária ao reporte de contas reguladas, sugere-se que se evite o envio da mesma informação por mais do que uma vez, como acontece com os dados históricos.	A informação solicitada tem um detalhe que não consta das CRP anteriores, pelo que a ERSAR não dispõe de toda a informação necessária. Deverá ser uma incumbência da entidade, estando a ERSAR disponível para esclarecer eventuais dúvidas de preenchimento que surjam.	Sem alteração.
		Questiona-se se uma EG que pretenda reportar Receitas ou Gastos incrementais que não derivem do Plano de Investimentos (por exemplo ajustamentos em gastos com pessoal resultantes da Lei – salário mínimo nacional, variações de TGR Repercutível, ou projetos de ganhos de eficiência que	Confirmado. Contudo, deverão ser identificados/fundamentados todos os montantes incluídos nestas colunas em documentação anexa às CRP. Salienta-se ainda que nem a TGR nem as suas variações entram nos cálculos dos proveitos permitidos	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		não envolvam investimento) pode utilizar utilizar colunas das folhas 2.G.1 e 2.H.1 do modelo de reporte para esse processo		
		Nos mapas 2.1, 3A, 3D, 4A, 4B e 5, qual é a interpretação da ERSAR quanto ao preenchimento dos valores incrementais? São incrementais em cada ano face ao ano anterior? Ou incrementais face ao ano de referência n? Ou outra interpretação?	Nos mapas referidos, para cada ficha só devem ser preenchidos valores incrementais no ano de entrada em funcionamento do investimento em questão. Os valores a reportar devem corresponder aos incrementais absolutos em ano cruzeiro (um ano completo, independentemente do funcionamento no primeiro ano o ser, pois este aspeto é tratado com recurso à indicação do número de meses de funcionamento no primeiro ano, sendo automaticamente deduzido um incremental proporcional).	Sem alteração.
		No Mapa proveitos permitidos, nas colunas do Histórico (D, E e F) para as linhas de os Benefícios das Atividades Complementares, as mesmas são calculadas com os dados dos Mapas 4.C e 4.D, onde se julga que a ERSAR pretenderá nos anos 2016 e 2017 que se coloquem os dados Reais. Contudo os montantes que relevaram em 2016 e 2017 para o cálculo dos proveitos permitidos eram os dados prospetivos, pois esta rubrica nem era sujeita a	Em todos os mapas, as células a azul são de preenchimento da entidade gestora. No que respeita a dados históricos, o que se pretende é o preenchimento dos dados previsionais do período regulatório 2016-2018 aceites pela ERSAR, sendo que a única alteração estrutural – a simplificação custos controláveis vs não controláveis – deverá ser ultrapassada através da soma de ambas as rubricas para	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		ajustamentos, pelo que se questiona o que fazer: colocar nos mapas 4.C e 4D, os dados prospetivos ou os dados reais? E neste Mapa resumo? Como fazer? O mapa também não considera o cálculo do benefício * Rácio de partilha (atualmente em 85%)?	inscrição na atual "custos de exploração".	
		O modelo de reporte anexo ao Projeto de Documento Complementar CRP identifica unicamente, de um modo claro, os custos incrementais associados a projetos de investimento, mas não o faz no que respeita às receitas (que são incluídas no modelo conjuntamente com as de base), o que não se considera equilibrado (nem justo), pelo que frisa a necessidade desta desagregação.	Não se entende a nota, na medida em que a indicação de receitas incrementais deve constar da folha "2.11.Invest_Proveitos".	Sem alteração.
		Face à resposta da ERSAR em sede de Esclarecimentos, no que respeita às taxas de depleção de aterros, dá-se nota que, face ao entendimento tido, na realidade as taxas de depleção que irão ser efetuadas nas contas estatutárias poderão ser distintas das apuradas no modelo CRP, o que passará a provocar diferenças no reporte da BAR versus inventário de bens. Neste sentido, ainda que alguns tipos de resíduos sejam atividades complementares, por exemplo lamas e gradados, é um facto	Reiterando a resposta da ERSAR sobre este tema, refira-se que não se enquadrando na definição de resíduo urbano, estas quantidades deverão ser registadas como atividades complementares fora do âmbito de serviço público e serem sujeitas a autorização e a licenciamento. No caso específico de RCD para materiais de cobertura estes não deverão ser contabilizados como quantidades tratadas pela entidade pois visto ser uma exigência técnica dos aterros	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		que os mesmos são depositados em aterro e contribuem para o seu enchimento e, como tal, para o cálculo da depleção.	(estão a ser utilizados como substituto de terras de cobertura), são considerados no cálculo de capacidade nominal destes. Assim, será admissível que as contas reguladas diverjam das contas estatutárias neste aspeto. Adicionalmente, informa-se que para efeitos de adequação da amortização anual, as EG deverão reduzir a capacidade nominal em função das quantidades não admitidas que sejam depositadas em aterro.	
		O ficheiro de reporte contém colunas escondidas que as Empresas, caso não tenham o modelo desbloqueado, não conseguem analisar nem interpretar.	As colunas em questão estão vazias ou sem impacto em cálculos. Servem essencialmente o propósito de facilitar preenchimento das EG, ao assegurar consistência de localização de elementos iguais (mesma informação na mesma coluna de outra <i>folha</i>). Exemplo: <i>folha</i> "2.E.AtivosExistentes" e <i>folha</i> "2.F.InvestAtivos".	Sem alteração.
1.A.ProveitosPermitidos		Amortização Regulatória Ano 2023 – Somatórios errados nas células T11, U11 e V11	Referência a considerar na folha 1.B. ProveitosPermitidos. Acolhe-se a nota.	Alterado.
		No Mapa proveitos permitidos, nas Colunas do Histórico (D, E e F) nas linhas de Custos (35 e 36), não estão a somar os gastos com pessoal, unicamente somam o FSE e os Outros gastos.	Acolhe-se a nota.	Alterado.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2.A.ClassAtivos		No mapa 2.A, onde se coloca a ITVE e as Instalações de CDR? Não se encontra espaço coerente no Mapa.	Código 2285, à semelhança do processo de proveitos permitidos 2016-2018.	Sem alteração.
2.B.InfraestruturasRelevant		No mapa 2.B, - infraestruturas relevantes, onde colocar a ITVE, o Tratamento biológico, ou as Instalações de CDR? Não se encontra espaço no mapa, o que virá a afetar o preenchimento de outras tabelas dependentes desta.	Não existindo múltiplas infraestruturas deste tipo, não se entendeu necessário identificá-las. No entanto, a associação de ativos nas folhas "2.E.AtivosExistentes" e "2.F.InvestAtivos" a esta tipologia de infraestruturas é possível na lista da coluna D.	Sem alteração.
2.C.CoeficienteAjustamento		Nalgumas instalações são processados Refugos de outras instalações (por exemplo na CTRSU refugos do CTE), e/ou processados produtos para afinamento (por exemplo nas Triagens reprocessam-se recicláveis de TM para melhor afinação da qualidade dos produtos finais). Estas quantidades não podem ser consideradas no Mapa 5 de Quantidades pois não geram Receitas, assim os cálculos deste mapa poderão levar a conclusões erradas quanto à real utilização das instalações. Sugere-se que seja dada liberdade às EG para modificarem os quantitativos a inserir nas colunas K a BF, ainda que tendo que justificar junto da ERSAR, sempre que o valor a inserir não coincida com as	De modo a assegurar um tratamento uniforme das quantidades de resíduos relevantes, não será admitida a alteração da capacidade utilizada por parte das entidades gestoras. De qualquer modo, e na medida em que a ERSAR pode alterar a percentagem do coeficiente a aplicar (ou afastar a sua aplicação na totalidade), recomenda-se que em sede de CRP as EG submetam pedidos fundamentados para a aplicação de coeficientes distintos dos deduzidos automaticamente.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		quantidades apresentadas no Mapa 5. Dá-se também nota que a fórmula utilizada permite coeficientes superiores a 100%, o que se julga não ser a intenção do regulador.		
2.D. Aterros		No caso dos aterros (mapa 2.D), para além dos Refugos, outras receções a preço zero (por exemplo RCD para Materiais de Cobertura, etc) poderão ser materiais depositados em aterro, mas não se encontram no Mapa 5, e como tal não passam para o mapa 2.D, criando taxas de depreciação diferentes entre a realidade e do esperado. Como se trata esta diferença?	Não se enquadrando na definição de resíduo urbano, estas quantidades deverão ser registadas como atividades complementares fora do âmbito de serviço público e serem sujeitas a autorização e a licenciamento. No caso específico de RCD para materiais de cobertura estes não deverão ser contabilizados como quantidades tratadas pela entidade pois visto ser uma exigência técnica dos aterros (estão a ser utilizados como substituto de terras de cobertura), são considerados no cálculo de capacidade nominal destes.	Sem alteração.
2.E. Ativos Existentes		Ano da última amortização calcula um ano em excesso.	Acolhe-se a nota.	Alterado.
		Vida útil a 01/01/2019, 2020 até 2023. A fórmula está errada pois calcula vidas úteis negativas.		Alterado com fórmula simplificada: =IF(B6<>"";IF(\$F6="Infinita";0;IF(\$F6="Variável";"Variável";IF(\$E6="Período da concessão";Fim_concessão-Ano_corrente;MAX(0;\$Z6-Ano_corrente)))));0).

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		Várias colunas do Mapa não apresentam o Total, sugere-se sua inclusão para facilidade de cálculos e controlos dos dados introduzidos.	Só identificado o caso das Amortizações do ano 2019 (coluna AD).	Alterado.
2.F.InvestAtivos		Várias colunas do Mapa não apresentam o Total, sugere-se sua inclusão para facilidade de cálculos e controlos dos dados introduzidos.	Identificado caso do "Valor BAR de partida em 01/01/2019" (coluna AA), que é um erro de cópia da folha anterior (2.E.AtivosExistentes). Não existe valor de partida no mapa de investimentos futuros. Toda a coluna igualada a zero, deixando de ser necessário somatório.	Alterado.
		Coluna "Vida útil" tem erro.	Alterado em todas as colunas de vida útil do mapa, ainda que não seguindo a sugestão apresentada, que tinha um lapso no número de linha. Fórmula igual à da <i>folha</i> anterior.	Alterado.
		Colunas Amortizações têm erros (colunas AD, AJ, AP, AV, BB).	Alterado em todas as colunas e corrigidas colunas de "Valor Regulatório a 31/12" em consonância.	Amortizações =IF(\$B6<>"");IF(YEAR(\$K6)+1>Ano_corrente+1;0; IF(\$F6=0;"Preencher Código";IF(\$F6="Variável";IF ERROR(INDEX('2.D.Aterros'!\$ B\$4:\$AC\$14;MATCH(\$D6;'2. D.Aterros'!\$B\$4:\$B\$14;0);23)*(\$J6- \$S6);0);IF(OR(\$F6="Infinita"; AB6=0);0;ROUND(((\$J6- \$S6)/\$F6;2)))));"" Valor regulatório

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				=IF(\$B6<>"");IF(\$F6="Variável";IF(YEAR(\$K6)>=Ano_corrente+1;(\$J6-\$S6)*\$M6;IF(YEAR(\$K6)>Ano_corrente;\$J6-\$S6-\$AD6;"ERRO(data)"));IF(YEAR(\$K6)>=Ano_corrente+1;(\$J6-\$S6)*\$M6;IF(YEAR(\$K6)>Ano_corrente;ROUND(((\$J6-\$S6)/\$F6*IF(\$Y6="Sim";MAX(AB6-1;1);MAX(AB6-1;0));2);"ERRO (data)"));"")
		Coluna AR-Coeficiente 2021 tem erro	Acolhe-se necessidade de correção, substituindo linha 45 onde está 39 na sugestão EGF.	Alterado.
2.G1.Invest_CV_FSE_Outros(ref)		Erro de somatório: Linhas 45, 120, 195, 270, 345 (colunas AS até BD).	Acolhe-se a nota.	Alterado.
3.A.CustosExploração		Erros de fórmula nas células T39, AA40, AF40.	Acolhe-se a nota.	Foram alteradas as fórmulas nas células mencionadas e noutras com o mesmo erro: H39, N39, AF39, AL39, AL40, AR39, AR40, AX39, AX40.
3.B.CV_FSE's_Outros_Histórico		A fórmula existente nas tabelas 3.b.1.1. e 3.b.1.2. repete as manutenções inscritas todos os anos, o que nem sempre acontece durante toda a vida útil de um bem, para além de que não considera o primeiro ano (ano de início da manutenção).	Foi corrigido o erro de não consideração do ano de início da manutenção. Contudo, a sugestão apresentada não permite refletir o objetivo da ERSAR com a manutenção programada – diluir encargos irregulares de manutenção pela vida útil dos ativos.	Alterada a fórmula de repercussão dos encargos para (exemplo da coluna I – 2016): =IFERROR(IF(AND(NUMBERVALUE(RIGHT(I\$5;4))<=YEAR(\$F6)+\$G6;NUMBERVALUE(RI

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				GHT(I\$5;4))>=YEAR(\$F6)+1); \$E6/\$H6;0);0) e o título da coluna F para "Data da primeira execução" de modo a clarificar objetivo.
3.C.Pessoal_Histórico e 3.D.CustosExploraçãoRef		As % de gastos com pessoal assumidas por atividade em 2016, são replicadas para 2017 e 2018. Quando em termos Reais as mesmas variam, o que acontece sempre de ano para ano, ainda que em percentuais de diferença reduzidos, o modelo não permite um preenchimento consistente com os dados Reais constantes da Contabilidade analítica das EG e como tal apura valores distintos dos reportados à ERSAR nas C R Reais. Estas mesmas percentagens, vão para a folha 3D-Custos de referência.	O preenchimento do histórico deverá ser com valores de CRP, que nos casos em que já seja aplicável serão complementados com valores de ajustamentos (2016).	Sem alteração.
		Erro de somatório: Linha 97 (colunas S até AD).	Acolhe-se a nota.	Alterado.
		No mapa de proveitos permitidos, o que considerar em OPEX, Atividades Complementares e Receitas? O Real, como deriva das fórmulas, ou o que se deve considerar em Proveitos permitidos para cálculo da Tarifa, mesmo após ajustamentos?	Presume-se na questão a referência ao ano de 2019, em que a folha 3.D inclui um quadro com a designação "CE aceites pela ERSAR" que alimenta a construção de proveitos permitidos. Deste não deriva a utilização do real, mas antes o valor aceite pela ERSAR face à projeção de 2019 apresentada pela entidade. Assim, para efeitos de	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			simulação de proveitos permitidos, deverá a entidade assumir que a ERSAR aceita as suas projeções e igualar os valores neste quadro aos constantes à esquerda deste ("Proposta EG").	
		A propósito dos custos com pessoal, a ERSAR parece não distinguir os custos decorrentes de trabalho temporário dos custos de trabalhadores em regime de outsourcing. Se assim for, recorda-se que, em termos legais, os trabalhadores ao abrigo deste último tipo de contratos não são trabalhadores das Empresas, pelo que o grau de informação exigido não pode ser mesmo.	Não se entende o comentário, dado que a Folha "3.C.Pessoal_Histórico" inclui colaboradores efetivos e temporários. A folha "3.C1.PessoalOutsourcing" inclui pessoal em <i>outsourcing</i> .	Sem alteração.
3.C1.PessoalOutsourcing		As % de gastos com pessoal assumidas por atividade em 2016 e para os empregados do quadro, são replicadas mapa 3.C1. Ora as % de custos com pessoal do Quadro da Empresa em nada são comparáveis com os subcontratos de Trabalho temporário que, muitas vezes, servem unicamente, uma atividade (por exemplo a Recolha seletiva e/ou triagem no verão). A ERSAR admite a hipótese de ser possível neste mapa colocar novas % por atividade, e em cada ano?	Atendendo ao benefício de maior detalhe para análise, alterar-se-á o ficheiro para incorporar variações de percentagens por fase da cadeia de valor face aos gastos com pessoal efetivo e permitir variações anuais. Contudo, chamamos a atenção para que o funcionamento interno do ficheiro não permite este mesmo exercício de variação de composição na projeção (período 2019-2021).	Alterado.
		Considera-se ainda necessário permitir também que as percentagens de	Acolhe-se a sugestão.	Quadros em questão serão transformados em <i>input</i> .

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		subcontratos de trabalho temporário sejam distintas desta, pois os trabalhos temporários, muitas vezes, servem unicamente uma atividade (por exemplo a recolha seletiva e/ou triagem no Verão).		
4.A. ProveitosAP		Colocar fórmula nas colunas C, G, K, O, S, W, AA e AE, nas linhas 12 a 15 na Atividade de TI de modo a calcular as Receitas da atividade (energia, composto e recicláveis).	Acolhe-se a nota.	Alterado.
		Corrigir texto na célula B16, de modo a calcular as receitas bonificadas de RUB.	Acolhe-se a nota.	Alterado para uso consistente de "RUB de recolha seletiva".
4.B. ReceitasAdicionais		Sugestão: colocar “cabeçalho” na linha 12 para a atividade “RS” em todos os anos.	Acolhe-se a sugestão.	Alterado.
		Colunas das “Qt. Vendida” desde a Atividade RS do ano de 2016 até 2023. Colunas G, J, N, Q, T, X, AA, AD, AH, AK, AN, AR, AU, AX, BB, BE, BH, BL, BO, BV, BY e CB.	Acolhe-se a nota.	Alterado.
5.QuantidadesOperacionais / 2.I1.Invest_Proveitos / 3.A.CustosExploração / 3.D.CustosExploraçãoRef / 4.A. ProveitosAP / 4.B. ReceitasAdicionais		Da análise do Modelo, resulta uma grande dificuldade de entendimento quanto à forma de preenchimento das Quantidades e Receitas Incrementais. O seu modo de introdução no modelo poderá ou gerar erros no cálculo das Receitas Adicionais Incrementais, ou na dos Custos Incrementais	O objetivo é que as quantidades inseridas na folha 5.QuantidadesOperacionais correspondam à totalidade dos quantitativos em cada ano: partindo da referência e acrescentando os incrementais nas respetivas proporções.	Sem alteração.

5. Correções introduzidas pela ERSAR no Regulamento

Para além das alterações acima indicadas, foram ainda introduzidos aperfeiçoamentos na folha de reporte de contas, cuja necessidade foi detetada pela própria ERSAR ao longo do processo de trabalho ou decorrentes de sugestões de alteração acolhidas, mas sem impacto nos cálculos, como sejam totalizadores e formatação.

6. Conclusões

Analizados os contributos recebidos no âmbito da consulta pública e consulta ao Conselho Tarifário da ERSAR, pese embora algumas críticas, considera-se que a apreciação global das entidades do setor foi positiva relativamente à iniciativa desenvolvida pela ERSAR.

No âmbito desta análise foram integrados no documento complementar as sugestões consideradas como pertinentes, tendo sido rejeitadas aquelas que a ERSAR considerou não terem fundamento ou não serem as mais adequadas. Para as sugestões não acolhidas foi apresentada a respetiva fundamentação, pretendendo-se assim encontrar um equilíbrio que atenda às preocupações das entidades reguladas e as necessidades do setor.